



|             |   |
|-------------|---|
| PROCESSO    | 193.046-0/2024  |
| INTERESSADO | ALCEU DE SOUZA FILHO  |
| PROCEDÊNCIA | FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CAMPO VERDE |
| ASSUNTO     | APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO                             |
| RELATOR     | CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI                                     |

## DECISÃO

1. Tratam os autos da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição**, com proventos integrais e direito à paridade, em que figura como interessado o senhor **ALCEU DE SOUZA FILHO**, CPF nº 412.498.609-20, servidor efetivo no cargo de Gari, Classe “B”, Nível “06”, lotado na Secretaria Municipal de Obras de Campo Verde-MT, com fundamento no artigo 3º, incisos I, II e III da Emenda Constitucional nº 47/05 e artigo 92, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 1.616/2010, e tendo em vista o que consta no processo nº 2024.01.17, do PREVIVERDE.
2. Em primeira análise<sup>1</sup>, a 5ª Secex sugeriu o registro da Portaria nº 45/2024, publicada no Diário Oficial de Contas do Estado de Mato Grosso nº 3.465, em 22/10/2024.
3. O Ministério Público de Contas, por intermédio do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, converteu a emissão de parecer em Pedido de Diligência nº 19/2025<sup>2</sup>, opinando pela citação do gestor do PREVIVERDE para que encaminhe a declaração de não-acúmulo ilegal de cargos e retifique o Parecer de Controle Interno, uma vez que a fundamentação deste diverge do Parecer Jurídico.
4. Assim, **determino** que se expeça ofício ao gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Campo Verde, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a declaração de não-acúmulo ilegal de cargos e retifique o Parecer de Controle Interno, uma vez que possui fundamentação divergente do Parecer Jurídico, conforme foi apontado pelo Ministério Público de Contas, encaminhando-lhe cópia desta Decisão.
5. Após, encaminhem-se à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para o aguardo da defesa ou a certificação do decurso do prazo.

Cuiabá, 21 de fevereiro de 2025.

(assinatura digital)<sup>3</sup>  
**CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI**  
Relator

<sup>1</sup> Documento Digital nº 567890/2025

<sup>2</sup> Documento Digital nº 570279/2025

<sup>3</sup> Documento assinado por assinatura Digital baseada em certificado Digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

